

VIGÊNCIA	NOME	TOTAL
31.01.2022	ALINE MONTEIRO PORTO	05%

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Vitória, 19 de novembro de 2024.

FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 1400, de 19 de novembro de 2024.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA do Ministério Público, no uso de suas atribuições, e de acordo com o despacho emitido no Procedimento MP/Nº 19.11.1203.0039532/2024-96 e artigo 168 da Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994, defere a averbação de tempo de serviço pleiteada por ALINE MONTEIRO PORTO na forma do anexo abaixo:

ORIGEM	Dias (Descontadas as Licenças)	PERÍODO	FINALIDADE
Ministério Público do Estado do Espírito Santo	2545	04.06.2013 a 27.05.2020	Gratificação adicional

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Vitória, 19 de novembro de 2024.

FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 1401, de 19 de novembro de 2024.

DESIGNAR o Promotor de Justiça, BRUNO ARAÚJO GUIMARÃES, para representar o Ministério Público do Estado do Espírito Santo no Comitê Estadual de Governança das obrigações decorrentes da repactuação do acordo para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, na qualidade de titular adjunto, no período de 14/11/2024 a 01/05/2026, conforme Procedimento Sei! nº 19.11.2103.0039755/2024-72.

PORTARIA PGJ Nº 1402, de 19 de novembro de 2024.

DESIGNAR o Promotor de Justiça, CESAR NASSER FONSECA, para representar o Ministério Público do Estado do Espírito Santo no Comitê Estadual de Governança das obrigações decorrentes da repactuação do acordo para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, na qualidade de suplente, no período de 14/11/2024 a 01/05/2026, conforme Procedimento Sei! nº 19.11.2103.0039755/2024-72.

PORTARIA PGJ Nº 1403, de 19 de novembro de 2024.

DESIGNAR a Promotora de Justiça, ELAINE COSTA DE LIMA, para representar o Ministério Público do Estado do Espírito Santo no Comitê Estadual de Governança das obrigações decorrentes da repactuação do acordo para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, na qualidade de titular, no período de 14/11/2024 a 01/05/2026, conforme Procedimento Sei! nº 19.11.2103.0039755/2024-72.

PORTARIA PGJ Nº 1404, de 19 de novembro de 2024.

DESIGNAR o Promotor de Justiça, HELDER MAGEVSKI DE AMORIM, para representar o Ministério Público do Estado do Espírito Santo no Comitê Estadual de Governança das obrigações decorrentes da repactuação do acordo para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, na qualidade de titular, no período de 14/11/2024 a 01/05/2026, conforme Procedimento Sei! nº 19.11.2103.0039755/2024-72.

Vitória, 19 de novembro de 2024.

FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA - SPGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo MP nº 19.11.0013.0038640/2024-29

ID CidadES Nº 2024.500M1300001.10.0048

Embasada no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 47, inciso III, alínea "f", da Portaria PGJ nº 1.133/2023, que instrui o processo de nº 19.11.0013.0038640/2024-29, **RATIFICO** todos os atos referentes a inexigibilidade do procedimento licitatório, de acordo com o previsto no art. 1º, inciso IX, da Portaria PGJ nº 374/2024, para contratação de 03 (três) inscrições no "CURSO AVANÇADO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 14.133/2021", a ser realizado nos dias 02 a 04 de dezembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no valor total de R\$ 8.970,00 (oito mil e novecentos e setenta reais), nos termos do processo supracitado.

Vitória, 12 de novembro de 2024.

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGA Nº 3263, de 26 de agosto de 2024.

CONCEDER férias residuais ao Promotor de Justiça, ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA JUNIOR, no período de 16.12.2024 a 19.12.2024, referente ao 1º semestre de 2020.